

MALTA

REPÚBLICA DE MALTA

Chefe de Estado:

George Abela (substituiu Edward Fenech-Adami em Abril)

Chefe de Governo:

Lawrence Gonzi

Penal de morte:

abolicionista para todos os crimes

População:

0,4 milhões

Esperança média de vida:

79,6 anos

Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):

7/7 por 1000

Taxa de literacia nos adultos:

92,4 por cento

Atrasos nas operações de resgate marítimo colocaram em risco a vida de migrantes e requerentes de asilo. Estes continuaram a ser expulsos à chegada, contrariamente aos padrões internacionais. As condições de detenção continuaram a ser deficientes, apesar dos esforços das autoridades para melhorar algumas instalações.

Direitos dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo

Salvamento marítimo

As autoridades não protegeram adequadamente as vidas de migrantes e requerentes de asilo resgatados no mar. Os governos de Malta e Itália discordaram sobre que país era responsável pelas operações de busca e salvamento, o que deu origem a atrasos na resposta a pedidos de socorro.

■ A 16 de Abril, o cargueiro turco *Pinar* resgatou cerca de 140 pessoas cuja embarcação estava em risco de se afundar a sul da Sicília. O navio foi impedido de se dirigir para qualquer porto maltês ou italiano, porque nenhum dos países pretendia aceitar a responsabilidade pelas pessoas resgatadas. As pessoas ficaram quatro dias a bordo do navio sem comida e água suficientes e foram obrigadas a dormir no convés. Acabaram por ser autorizadas a desembarcar em Porto Empedocle, Itália, a 20 de Abril.

■ A 30 de Abril, um navio da guarda costeira maltesa foi impedido pelas autoridades italianas de desembarcar 66 migrantes e eventuais requerentes de asilo na ilha italiana de Lampedusa. As pessoas tinham sido resgatadas por um barco de pesca tunisino e transferidas para o navio maltês na zona de busca e salvamento designada pelas convenções internacionais como pertencente a Malta. Apesar disso, as autoridades maltesas recusaram inicialmente providenciar assistência ou permitir o desembarque dos migrantes e requerentes de asilo em território maltês. Os migrantes e requerentes de asilo acabaram por ser autorizados a entrar em Malta.

Detenção

Em Janeiro, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenção Arbitrária manifestou a sua preocupação relativamente ao fundamento legal da detenção de migrantes e requerentes de asilo. O Grupo de Trabalho notou que a detenção era automática e obrigatória para todos os migrantes irregulares, incluindo requerentes de asilo; que o período máximo de detenção não estava definido na lei e que a sua duração não estava frequentemente relacionada com a avaliação individual dos casos.

Na prática, o governo aplicava um período de detenção máximo de um ano aos requerentes de asilo cujos processos se encontravam pendentes. Os requerentes de asilo cujo pedido foi

rejeitado e os migrantes irregulares que não foram repatriados à força para os países de origem ou para países terceiros eram geralmente libertados ao fim de 18 meses de detenção.

As decisões relacionadas com pedidos de asilo e detenções apenas podiam ser contestadas perante o Gabinete de Recurso, que não faz parte do poder judicial. Esta situação viola o artigo 5(4) da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que determina a revisão judicial automática da detenção.

As condições de detenção continuavam a ser deficientes. No Centro de Hal Far, mais de 500 pessoas viviam em tendas. As autoridades abriram um novo centro de detenção em Ta'Kandja e renovaram parte do Centro de Lyster.